



# 2º SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE DEMOCRACIA E DESIGUALDADES

Brasília, 7 a 9 de maio/2014

## Segregação Residencial e Relações Raciais no Brasil: Em busca de uma problemática sociológica

Danilo Sales do Nascimento França<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este texto busca apontar possíveis caminhos para a construção de uma problematização sociológica da segregação residencial no contexto das relações raciais no Brasil. São apresentadas evidências empíricas dos contornos raciais da segregação residencial na Região Metropolitana de São Paulo através de dados do Censo de 2010. Em seguida, discutiremos formas de construção de uma questão sociológica sobre segregação residencial no contexto racial brasileiro, tendo em vista as evidências levantadas e alguns problemas concernentes ao próprio conceito de segregação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segregação Residencial; Desigualdades raciais; Sociologia Relações Raciais; Sociologia Urbana.

**ABSTRACT:** This paper aims to identify possible ways to build a sociological questioning of residential segregation in the context of race relations in Brazil. It presents empirical evidence of racial contours of residential segregation in São Paulo's Metropolitan Area by Census of 2010 data. Then, considering the evidence raised and some problems concerning the concept of segregation, it discusses ways of building a sociological issue of racial residential segregation in the Brazilian context.

**KEYWORDS:** Residential Segregation; Social Inequalities; Sociology of Race Relations; Urban Sociology

É com estranheza (ou talvez com certa curiosidade desconfiada) que costuma ser recebida uma proposta de discussão sobre segregação residencial no contexto das relações raciais brasileiras. Em geral, se pensa que, embora hajam fortes desigualdades entre negros e brancos, a especificidade do sistema de relações raciais no Brasil não comporta segregação. A proposta aqui defendida é que a segregação deve ser pensada não como inexistente ou irrelevante, mas como representando um papel específico em nosso contexto racial. Cabe à sociologia tentar revelar qual seria este papel e por quais mecanismos raça e segregação se

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador-Júnior do Centro de Estudos da Metrópole / Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEM/Cebrap). Bolsista da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). E-Mail: [danielosnfranca@gmail.com](mailto:danielosnfranca@gmail.com)

articulariam. Este texto representa uma tentativa de apontar possíveis caminhos para a construção de uma problematização sociológica da segregação residencial no contexto das relações raciais no Brasil. Primeiramente, apresentaremos evidências empíricas dos contornos raciais da segregação residencial, com enfoque em dados recentes da Região Metropolitana de São Paulo. Em seguida, discutiremos possíveis formas de construção de uma questão sociológica sobre segregação residencial no contexto racial brasileiro, tendo em vista as evidências levantadas e alguns problemas concernentes ao próprio conceito de segregação.<sup>2</sup>

Uma vez colocados tais propósitos, é necessário que seja previamente explicitada uma definição de segregação residencial. Concebe-se segregação residencial como sendo o grau em que os grupos sociais se encontram distantes uns dos outros, considerando a localização de suas moradias no espaço urbano (Marques 2005; Massey e Denton 1988). Consiste no grau de concentração, no espaço, de uma categoria social com relação à outra, sendo que ambas as categorias se delimitam analiticamente. De modo que “a segregação é – sobretudo – um fenômeno relacional: só existe segregação de um grupo quando outro grupo se segrega ou é segregado” (Torres 2004: 42). Trata-se, assim, de uma definição operacional, que será discutida mais adiante tendo em vista a construção de nossa problemática.

Questionamentos em torno das razões das disparidades entre negros e brancos no Brasil – se seriam mais determinadas pela raça, pela classe social ou por uma articulação entre as duas variáveis – sempre permearam os debates da sociologia das relações raciais. Estudos seminais como o de Pierson (1971 [1942]), apontaram que a segregação por raça não seria uma característica importante, estando fortemente condicionada pela classe social. Tal perspectiva era compartilhada até mesmo por outros autores posteriores, como Costa Pinto (1998 [1953]) e Cardoso e Ianni (1960), que deram maior ênfase à discriminação e às desigualdades raciais na nossa sociedade. Desde então, a segregação tem sido uma questão muito pouco abordada neste campo de pesquisas.

Todavia, ao excluírem a segregação da caracterização das relações raciais no Brasil, tais autores tinham sempre como referência uma comparação com os Estados Unidos, tal como atesta o seguinte excerto de Pierson (1971 [1942]):

“Consideração importante é a de que não existia, na Bahia, esforço proposital de segregar as raças a fim de manter distinções de casta, como naquela época em várias partes dos Estados Unidos.” (p. 106).

---

<sup>2</sup> Não pretendemos reduzir as características da segregação residencial por raça no Brasil às evidências provenientes da Região Metropolitana de São Paulo. Adotamos este contexto metropolitano como um ponto de partida para reflexões sobre o tema no Brasil que, evidentemente, somente se tornarão mais robustas na medida em que forem aplicadas a outras metrópoles brasileiras.

Entretanto, tal comparação é problemática, pois “Reunindo sob uma mesma denominação formas variadas de diferenciação social do espaço residencial, o emprego ordinário da palavra ‘segregação’ deixa entender que elas procedem todas de um mesmo sistema causal.” (Brun 1994: 23).<sup>3</sup> Esta ressalva implica que sempre que tratarmos de segregação, sejam descritos processos e condições nos quais se insere o fenômeno e que fazem com que ele possa ter distintas propriedades e funções em diferentes contextos ou países.

Nos Estados Unidos, a segregação tem um papel historicamente muito específico, sendo considerada como um dos princípios organizadores das relações raciais. A segregação residencial foi um dos principais elementos de um regime mais geral de segregação que, resguardada por dispositivos legais, objetivava a separação física entre negros e brancos de modo a evitar todo tipo de contatos, relacionamentos, amizades, casamentos e misturas inter-raciais. Tudo se passou como se a segregação precedesse a própria estratificação social. Ou seja, segregação não apenas manteve a maior parte dos negros nas posições mais baixas da hierarquia social, mas, de certa forma, também criou algo como uma estratificação social paralela, uma vez que mesmo os negros que ascendiam socialmente eram obrigados a permanecer nos guetos. Mesmo após a década de 1960, com as reformas dos direitos civis e as leis contra a discriminação na moradia, os índices de segregação diminuem muito lentamente, os negros pobres continuam confinados nos guetos, e negros de classe média em geral vivem em subúrbios distintos daqueles onde moram os brancos de classe média. Importantes autores, como Massey e Denton (1993), consideram a segregação residencial como a principal causa da atual desvantagem negra nos Estados Unidos.

Considerando que os autores clássicos da sociologia das relações raciais no Brasil pensavam sobre segregação tendo como referência o contexto norte-americano, faz sentido que eles a tenham rechaçado como aspecto relevante no Brasil, dando maior proeminência à classe social. No entanto, se desejamos refletir sobre o papel da segregação residencial no contexto brasileiro, dar ênfase ao contexto significa considerar as distintas especificidades históricas, políticas, urbanas e socioeconômicas de cada nação (Maloutas 2012).<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> São minhas as traduções de todos os excertos em língua estrangeira.

<sup>4</sup> Algumas diferenças são evidenciadas por Telles 2012 [2004]: “Nos Estados Unidos, a segregação racial residencial foi originada principalmente com as leis Jim Crow de segregação no sul do país, que teve seu paralelo no norte através da discriminação imobiliária e do enrijecimento da *color line*. A segregação aumentou no início do século XX nas cidades do norte, especialmente através da violência contra negros, convenções restritivas e da discriminação imobiliária [*blockbusting*]. Esses tipos de segregação residencial estão ausentes no Brasil. Mais importante, os agentes institucionais que produziram grande parte da segregação nos Estados Unidos tais como os agentes imobiliários, gerentes, bancos, financiadoras, e seguradoras, não participam da maior parte do mercado imobiliário do Brasil urbano, dada a improvisação deste e, frequentemente, seu caráter

Tradicionalmente, o estudo da segregação residencial nas cidades brasileiras tem sido pautado pelo debate acerca da polarização entre um centro rico e uma periferia pobre. Mais recentemente, a maior disponibilidade de dados e a utilização de novas técnicas de mensuração e análise ensejou uma rediscussão do modelo centro-periferia, dando relevo à heterogeneidade social do espaço urbano (Ver Caldeira 2000; Marques e Torres 2005). Não obstante, têm se observado homologias entre a estratificação social e a segregação entre as classes sociais, resultando em uma divisão social do espaço urbano (Marques, Scalon e Oliveira 2008). Por outro lado, a sociologia tem demonstrado que a raça é um fator que exerce importante influência na estratificação social (Hasenbalg 2005 [1979]; Ribeiro, C. 2006). Resta explorar em que medida a raça também exerceria alterações específicas na segregação residencial que não seriam redutíveis a questões classe.

Após ter sido deixada de lado por muito tempo, na década de 1990, a discussão sobre segregação residencial foi reintroduzida no quadro das relações raciais brasileiras pelo sociólogo norte-americano Edward Telles. Em seus escritos (Telles 1993; 1995; 1996; 2012 [2004]), este tema ganha um tratamento mais sistemático, através da utilização de dados censitários de 1980 para a constituição de indicadores sintéticos visando à mensuração do fenômeno em 35 regiões metropolitanas brasileiras. A população de cada região metropolitana foi separada em faixas de renda domiciliar, de modo que fosse possível medir a segregação entre os indivíduos brancos e negros que ocupam o mesmo estrato social. Esta estratégia, além de ser um bom modo de identificar o componente propriamente racial da segregação, distinguindo-o da classe social, permitiu também incrementar a comparação entre negros e brancos, através da abordagem estratificada destes grupos. Telles aplicou índices de segregação (os índices de dissimilaridade, exposição e isolamento) muito utilizados nas pesquisas norte-americanas, mas que nunca haviam sido empregados no Brasil. Através deles, descobriu moderados graus de segregação, se comparados aos estadunidenses, que se tornavam mais agudos nas faixas de renda mais altas.

Posteriormente, tais índices foram utilizados para mensurar a segregação residencial em Salvador por Carvalho e Barreto (2004), em São Paulo por Torres (2005), e em Belo Horizonte por Rios-Neto (2005), a partir dos dados do Censo de 2000. Porém, apesar de apresentarem os dados, nenhum destes autores realizou uma análise mais aprofundada da segregação residencial por raça.

---

informal” (p. 170). Ver, também Wacquant (2005) para uma crítica à maneira pela qual as *banlieues* francesas foram abordadas com termos semelhantes àqueles que se tratam os guetos norte-americanos.

Com este intuito, realizamos pesquisa de mestrado sobre raça, classe e segregação residencial no município de São Paulo (França 2010). Nela, seguimos a mesma estratégia proposta por Telles de separar os grupos raciais em diferentes estratos de renda. A partir dos dados da amostra do Censo de 2000, aplicamos variadas técnicas de mensuração (índices sintéticos, análise tipológica, quocientes locacionais, medidas de autocorrelação espacial, e modelos de realização locacional)<sup>5</sup>. Diversificando as técnicas, pudemos verificar em que medida as tendências apontadas por cada uma poderiam ser reforçadas ou contrastadas pelas outras, e testar os alcances e limites de cada uma, tendo em vista os resultados das outras. Além do mais, isso acrescentou maior riqueza de detalhes na descrição da segregação em São Paulo.

Dentre os principais resultados da pesquisa descritos na dissertação, destacamos que o grau de segregação racial, a princípio muito baixo na camada de menor renda, tende a aumentar conforme consideramos os padrões residenciais de negros e brancos nos estratos mais altos – delimitados operacionalmente por faixas de renda domiciliar mensal a partir de 10 salários mínimos. Acrescenta-se que, considerando as faixas de renda domiciliar mais altas, a concentração dos negros em áreas periféricas é bem maior que a dos brancos, ao passo que a proporção de brancos destes estratos em áreas de elite é bem maior que a dos negros. Por fim, também demonstramos que os brancos, mesmo que de classes mais baixas, estão, comparativamente, mais representados em áreas mais ricas da cidade do que os negros. Assim, as distâncias se expressam não apenas nos maiores índices de segregação racial que verificamos nos altos estratos, mas também no fato dos brancos pobres estarem mais próximos das classes mais altas do que os negros pobres. Ou seja, as camadas mais altas são compostas majoritariamente por brancos, e os pobres que os cercam também são brancos.

Em França (2013), comparamos indicadores de segregação residencial dos anos de 2000 e 2010 para a Região Metropolitana de São Paulo. Exporemos, a seguir, os resultados mais recentes de dois importantes indicadores de segregação residencial: o índice de dissimilaridade e o índice de Moran Local. Ambos foram calculados a partir dos dados da amostra do Censo de 2010.

O índice de dissimilaridade (ID) é uma tradicional medida de segregação residencial que capta o grau em que dois grupos sociais *não* estão uniformemente [*evenly*] distribuídos no espaço de uma cidade. Neste sentido, a uniformidade se define a partir da proporção de cada grupo na composição da população total da cidade, e do quanto que a distribuição destes

---

<sup>5</sup> Para descrições mais detalhadas destas técnicas, ver França (2010; 2013).

grupos pelas diversas áreas da cidade replica esta composição. Ou seja, este indicador evidencia a relação entre a composição da população de cada unidade espacial e a composição da população de toda a cidade.<sup>6</sup> O índice de dissimilaridade varia de 0 a 1, onde 1 significa segregação total e 0 significa uniformidade total na distribuição dos grupos.

O resultado costuma ser interpretado como indicando a proporção da população de um determinado grupo da cidade que teria que trocar de área com outro para que se obtenha um padrão residencial uniforme do ponto de vista da proporção de cada grupo na composição da população da cidade. Por exemplo, no caso do índice de dissimilaridade resultar em 0,40, considerar-se-ia que 40% da população de um grupo deveria trocar de área para que se obtenha uma distribuição uniforme dos grupos considerados no cálculo do índice.

Na RMSP, a dissimilaridade residencial entre negros e brancos é de 0,29. Ou seja, 29% da população teria que trocar de área de ponderação para que a distribuição dos grupos raciais fosse homogênea. A título de comparação, nas metrópoles norte-americanas, o índice de dissimilaridade médio entre negros e brancos em 2000 era de 0,643 (Iceland e Wilkes 2006). De modo que, para os padrões norte-americanos, o índice paulistano seria considerado moderado. Porém, assim como alertado anteriormente, devemos estar precavidos de possíveis deslizos que este tipo de comparação pode implicar, “(...) as interpretações dos índices de segregação devem ser entendidas como um reflexo da história” (Telles 2012 [2004]: 163).

É muito comum que tal resultado seja interpretado como um efeito da segregação residencial por classe social, uma vez que a maior parte da população negra é pobre, e que as camadas superiores são predominantemente brancas. No entanto, empreenderemos aqui uma tentativa de colocar em evidência o componente racial da segregação. Assim, na sequência de nossa análise, a população da RMSP será classificada, segundo a sugestão de Marques, Barbosa e Prates (2013), em estratos sociais baseados em agrupamentos das categorias ocupacionais EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarrero 1979; Barbosa e Marschner 2013).<sup>7</sup> No estrato superior estão as categorias de proprietários e empregadores e de profissionais de alto nível; o estrato médio é composto por profissionais de nível baixo, técnicos e supervisores do trabalho manual, e trabalhadores não-manuais de rotina de alto nível; o estrato baixo reúne trabalhadores não-manuais de rotina de baixo nível, trabalhadores manuais qualificados, e trabalhadores manuais semi ou não qualificados. Da intersecção destes três

---

<sup>6</sup> A unidade espacial de referência para a mensuração da segregação serão as áreas de ponderação delimitadas pelo Censo de 2010.

<sup>7</sup> As expressões de classe, estrato ou camada social aqui empregadas dizem respeito a uma definição operacional de estratificação que têm como base as categorias ocupacionais EGP.

estratos com os grupos raciais negros e brancos<sup>8</sup> resultaram seis agrupamentos, dos quais verificaremos os índices de segregação na tabela a seguir.

Na primeira linha da tabela, observamos que os grupos mais segregados do resto da população da metrópole são os brancos de estrato superior, com índices bem acima dos seguintes, os negros de estrato baixo e os brancos de estrato médio. Os outros grupos – brancos de estrato baixo, e negros de estrato médio e superior – estão mais bem distribuídos pelos espaços da região metropolitana.

**Tabela 1: Índice de Dissimilaridade entre Grupos Raciais e Estratos Sócio-Ocupacionais na Região Metropolitana de São Paulo, 2010.**

Grupos	Branco Superior	Negro Superior	Branco Médio	Negro Médio	Branco Baixo	Negro Baixo
Resto da População	0,47	0,15	0,25	0,15	0,12	0,30
Branco Superior	-	0,40	0,26	0,53	0,48	0,61
Negro Superior	0,40	-	0,20	0,19	0,19	0,29
Branco Médio	0,26	0,20	-	0,31	0,26	0,41
Negro Médio	0,53	0,19	0,31	-	0,13	0,15
Branco Baixo	0,48	0,19	0,26	0,13	-	0,18
Negro Baixo	0,61	0,29	0,41	0,15	0,18	-

Fonte: Censo de 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Considerando a segregação socioeconômica interna aos grupos raciais, verificamos que os negros das diferentes classes estão mais próximos entre si do que os brancos.

De fato, os brancos mais ricos apresentam o maior isolamento da metrópole, distanciando-se de todos os outros grupos. O grupo mais próximo deles é o dos brancos de classe média (0,26 em 2010). Em seguida, o grupo mais próximo, mas já com um índice de dissimilaridade relativamente grande (0,39 em 2010) é o dos negros de classe alta. Por outro lado, se avaliarmos os índices de segregação dos negros de classe alta (segunda coluna), o grupo que menos compartilha as mesmas áreas que eles são os próprios brancos de classe alta. Estes dados evidenciam o tamanho isolamento da elite branca na metrópole paulistana.

No outro extremo da estratificação, o grupo mais segregado é o dos negros mais pobres. A comparação com os brancos mais pobres revela que estes últimos encontram-se mais uniformemente distribuídos pelas áreas da cidade e mais próximos das camadas médias e

<sup>8</sup> Assim como as categorias EGP foram reunidas para formar três estratos sociais, as categorias de “raça/cor” de “pretos” e “pardos” foram unificadas na categoria “negros” visando obter resultados estatisticamente mais significativos na mensuração da segregação.

superiores, ao passo que os negros de classe baixa tendem a concentrar-se mais em áreas específicas. O índice de dissimilaridade entre brancos de classe alta e negros de classe baixa chega a 0,61 em 2010 – valor comum em metrópoles hiper-segregadas estadunidenses.

Tais resultados do índice de dissimilaridade demonstram que, para além da bem documentada segregação entre as classes sociais no espaço urbano, é possível observar também um componente racial na segregação. Isto se torna mais evidente quando comparamos os indicadores de negros e brancos pertencentes a um mesmo estrato social, em especial nas camadas médias e altas.

Os resultados apresentados acima evidenciam a segregação entre negros e brancos pertencentes a um mesmo estrato social. Mas se tratam de indicadores sintéticos que não nos revelam onde cada um dos grupos se concentra. Nesta seção, apresentaremos uma análise da segregação a partir do índice de Moran (Anselin 1995), outra técnica de mensuração de segregação residencial amplamente empregada. O índice de Moran é uma medida de autocorrelação espacial, ou seja, para além da distribuição de grupos por áreas, tal medida leva em conta a contiguidade das áreas onde se concentram os diferentes grupos.<sup>9</sup> Trata-se, em outras palavras, de em que medida os grupos considerados têm grande concentração em conjuntos de áreas vizinhas umas das outras.

Os resultados do Índice de Moran Local são convertidos nos chamados LISA Maps (Local Indicator of Spatial Autocorrelation). Tratam-se de mapas que representam a autocorrelação espacial dos grupos que analisamos. As áreas em vermelho denotam alta concentração da variável em questão em áreas vizinhas entre si. As áreas em azul expressam a contiguidade de áreas de baixa concentração desta variável. Em rosa, verificamos áreas de alta concentração vizinhas a áreas de baixa concentração; inversamente, em azul claro observamos áreas de baixa concentração cercadas por áreas de alta concentração. Áreas em branco não tiveram resultado estatisticamente significativo.

Há um grande aglomerado de áreas de concentração de brancos de classe superior em áreas do centro expandido de São Paulo (no quadrante sudoeste e nas partes das zonas norte e leste mais próximas do centro); e outra menor no ABC paulista. Há diversos conjuntos de

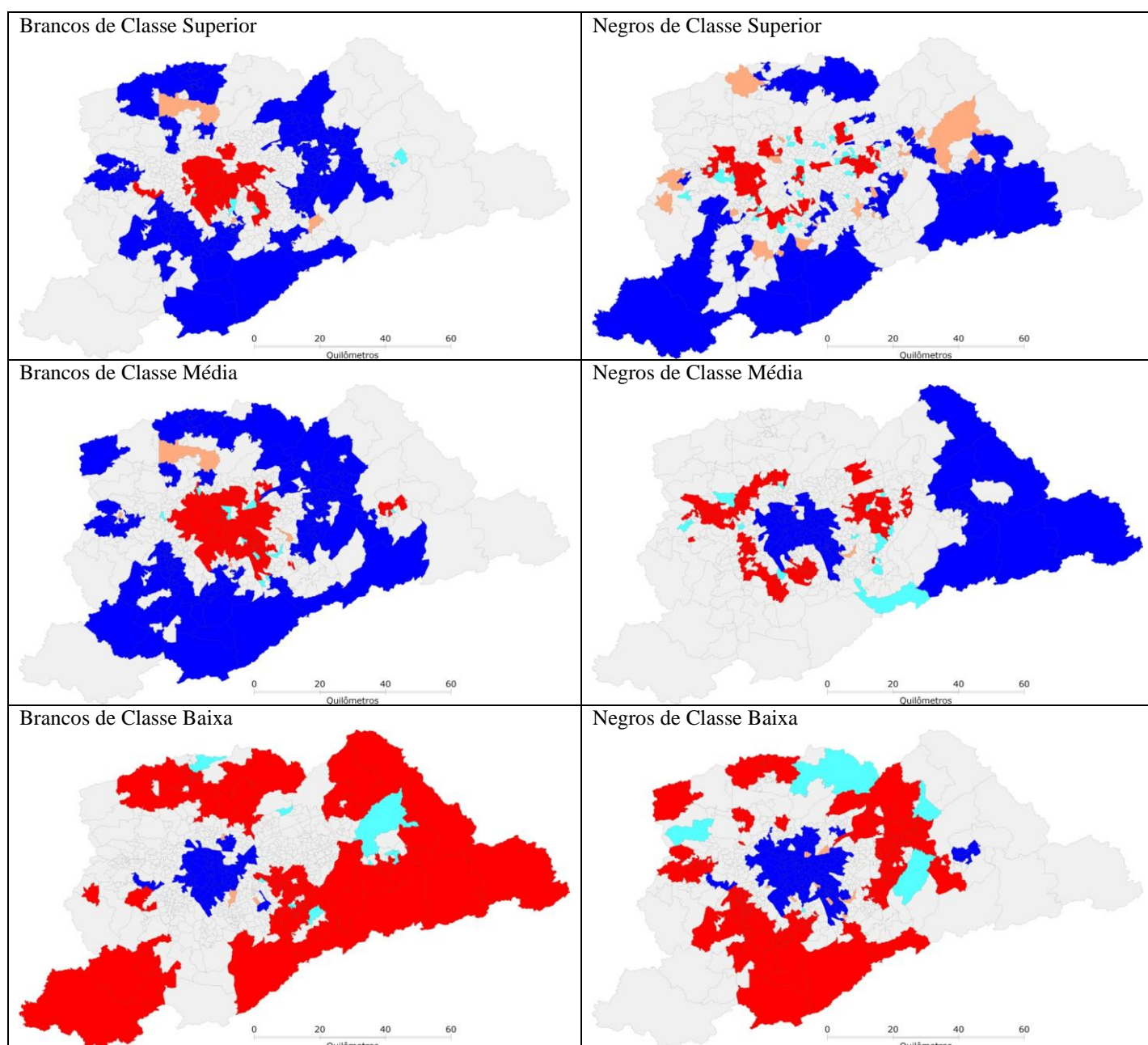
---

<sup>9</sup> O índice de Moran foi calculado a partir do quociente locacional de cada um dos seis grupos nas 633 áreas de ponderação da RMSP. O quociente locacional (QL) é uma medida de concentração que consiste na razão entre a proporção da população de um grupo em uma determinada área e a proporção da população deste mesmo grupo na cidade inteira. Ou seja, tal como o índice de dissimilaridade, o QL também pondera em que medida a proporção de um dado grupo em uma área replica a proporção deste grupo em toda a região metropolitana. Porém enquanto ID resulta num único valor para representar a segregação entre dois grupos num dado espaço urbano, o QL resulta em valores específicos da concentração de cada um dos grupos para cada uma das áreas que compõem este espaço urbano. Assim, foram calculados os quocientes locacionais dos seis grupos para cada uma das áreas de ponderação da cidade.



espaços com maior concentração de negros de classe superior. Ao contrário do *LISA Map* dos brancos de classe alta, há um agrupamento de negros mais ricos no centro velho da cidade de São Paulo que se estende ao sul, em direção à Vila Mariana, e a leste, até o Belém. Na Zona Norte, há um novo aglomerado na região do distrito de Pirituba (noroeste de São Paulo). Nota-se um conjunto na Zona Leste, em torno de Itaquera. Na Zona Sul, há uma faixa que se estende desde a região do Jabaquara até Socorro. Na porção oeste da região metropolitana há um grande aglomerado mais concentrado na região de Osasco (sul deste município, Barueri e Jandira).

**Figura 1: *LISA Maps* dos Grupos de Raça e Classe (RMSP 2010).**



Fonte: Censo de 2010, IBGE. Elaboração Própria.

Negros e brancos de classe média são os grupos cujos aglomerados de áreas de alta concentração são, comparativamente, mais díspares entre si. Os brancos de classe média concentram-se num grande agrupamento central que se sobrepõe de forma praticamente integral ao aglomerado dos brancos de classe superior, tendo, porém, um raio maior, ou seja, é mais extenso em todas as direções. Este conjunto central representa, para os negros de classe média, uma área de baixa concentração (em azul). Os aglomerados de alta concentração dos negros de classe média apresentam uma distribuição peculiar: grande conjunto no extremo leste de São Paulo e municípios limítrofes; agrupamentos na Zona Norte formando uma faixa na direção Oeste, avançando até Itapevi; outra faixa no sudoeste, de Taboão da Serra até o Grajaú; além de aglomerações em Guarulhos e entre Diadema e o distrito de Pedreira.

De um modo geral, os grupos de classe baixa, tanto negros quanto brancos, continuam tendo maior concentração nos anéis periféricos mais externos da Região Metropolitana de São Paulo. O diferencial que mais se destaca são as áreas de alta concentração de brancos pobres nas cidades da região metropolitana mais distantes do município de São Paulo (como Juquitiba São Lourenço da Serra, Salesópolis, Biritiba-Mirim, Guararema e Santa Isabel).

Tal qual constatado por pesquisas anteriores baseadas nos dados do Censo de 2000 (Préteceille e Cardoso 2008; França 2010), a segregação entre negros e brancos segue branda nas classes baixas, e torna-se mais significativa nas classes médias e altas. A segregação por classe internamente aos grupos raciais é bem mais forte entre os brancos; ou seja, negros de diferentes classes sociais encontram-se mais próximos entre si do que os brancos. Há um permanente isolamento dos brancos de classe alta de todos os outros grupos, sendo que o grupo que mais se aproxima deles são os brancos de classe média. Na classe média, aliás, observamos um substancial afastamento entre negros e brancos.

Revelamos aqui a segregação entre negros e brancos de categorias ocupacionais semelhantes e próximas entre si. Porém, há de ser feita a ressalva de que não sabemos ainda em que medida as distâncias residenciais verificadas se associam a outros fatores não mensurados como redes sociais, laços familiares, salários, riqueza em termos de bens e propriedades, etc. Outro fator que deve ser considerado é o fato de ser recente a ascensão social de muitos negros.

Os dados mais salientes dizem respeito a grande separação dos brancos de classes média e superior de todos os outros grupos, que se encontram mais próximos entre si. São estes os principais elementos do desenho peculiar da segregação por raça e classe que

observamos na metrópole paulistana. Se não houvesse as especificidades raciais aqui expostas, e a segregação fosse puramente por classe social, haveria grande proximidade de negros e brancos de cada uma das classes, não apenas entre os mais pobres. No entanto, o que observamos aqui também não se assemelha ao modelo – que foi marcante em muitas cidades norte-americanas – em que a raça se destacaria como sendo a principal clivagem residencial.

Entretanto, poderíamos dizer dos resultados exibidos que eles revelam um “fato demográfico” das diferenças de distribuição espacial de cada grupo, mas também que tal fato não seria suficiente para a constituição de uma questão sociológica.

É importante enfatizar, portanto, que a segregação pode ser mais ou menos severa – tal como muitos índices de segregação podem indicar – mas esta severidade não é um indicador inequívoco de seu papel social. (Maloutas 2012: 10)

Para começarmos a acessar o que boa parte dos pesquisadores tem entendido como o “papel social” da segregação residencial, convém expor as principais formas pelas quais este conceito costuma ser mobilizado. Grafmeyer (1994) ressalta que, de todos os usos do conceito, prevalece um sentido geral de um “por à distância” [*mise à distance*]. Isto é, a segregação faz parte de processos pelos quais determinados grupos sociais se distanciam fisicamente uns dos outros.<sup>10</sup> O autor distingue três usos distintos e interconectados:

A primeira perspectiva se refere aos “diferenciais de localização” de grupos, tais como medidos pelo índice de dissimilaridade. Parte-se da suposição, oriunda dos escritos de Robert Park e da Escola de Chicago, de que as distâncias físicas refletiriam as distâncias sociais entre os grupos.<sup>11</sup> Há, nesta concepção, um horizonte normativo, de que a mistura residencial propiciaria a constituição de laços sociais entre os diferentes grupos, favorecendo a integração e a cidadania. A segunda perspectiva trata das distâncias espaciais tendo em vistas a maneira pela qual estas engendram desigualdades “de acesso aos bens materiais e simbólicos oferecidos pela cidade” (Grafmeyer 1994: 89). A terceira abordagem é aquela do

---

<sup>10</sup> Abordagens sociológicas que enfatizam as distâncias físicas entre os grupos como dimensão social relevante provêm dos estudos da Escola de Chicago. Contudo, Pierre Bourdieu também ressalta a importância desta perspectiva: “A capacidade de dominar o espaço (...) depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (...): a proximidade no espaço físico permite que a proximidade no espaço social produza todos os seus efeitos facilitando ou favorecendo a acumulação de capital social.” (Bourdieu 1997: 164).

<sup>11</sup> Nas palavras de Robert Park: “É porque geografia, ocupação, e todos os outros fatores que determinam a distribuição da população, determinam tão irresistivelmente e fatalmente o lugar, o grupo, e as associações com quem cada um de nós é compelido a viver que as relações espaciais vêm a ter, para o estudo da sociedade e da natureza humana, a importância que elas têm. Isso porque as relações sociais são tão frequentemente e tão inevitavelmente correlacionadas com relações espaciais; porque distâncias físicas tão frequentemente são, ou parecem ser, os indicadores de distâncias sociais, que a estatística têm algum significado qualquer para a sociologia. E isso é verdade, finalmente, porque é apenas como fatos sociais e físicos podem ser reduzidos a, ou correlacionados com, fatos espaciais que eles podem ser medidos em geral (Park 1916 [1957]: 177).” (apud Maloutas 2012: 15).

confinamento de populações desfavorecidas em guetos, ou enclaves, “(...) a atenção se centra sobre a exclusão social engendrada por seu acúmulo e redobrada pela reclusão espacial” (Grafmeyer 1994: 90).

De modo coerente com as perspectivas acima, Maloutas diz que a “segregação residencial é um resultado e, ao mesmo tempo, parte do processo que reproduz desigualdades e discriminação nas sociedades capitalistas.” (Maloutas 2012: 10). Neste sentido, muitos analistas justificam a pertinência dos estudos de segregação ao enfatizar seus mecanismos formadores e seus impactos efetivos, em suma, suas causas e efeitos.

Maloutas (2012) desenha um esquema no qual a segregação aparece em meio a processos causais relacionados à reprodução de desigualdades e discriminações. Os processos de alocação habitacional seriam os principais organizadores (ou “filtros” nas palavras do autor) da segregação residencial. Tais processos são estruturados pelas desigualdades e discriminações que caracterizam cada sociedade. Eles se materializam através das desigualdades econômicas das famílias diante do mercado imobiliário (isto é, das possibilidades de pagar por determinado imóvel em uma dada localização) e por discriminações operadas por agentes deste mercado (e instituições financiadoras), mas também são influenciados pelas “características de estruturas urbanas duráveis”, pelas características do “estoque de moradias”, e por “relações legais ou sociais que ligam pessoas e moradias ou bairros” (como redes sociais, preferências residenciais, direitos de propriedade, etc.). Tais processos se desenrolam historicamente e podem ter grande influência do Estado na forma de políticas de habitação, planejamento urbano, dentre outras.<sup>12</sup> Sobre as formas de concretização destes processos em segregação residencial por classe e/ou raça, o autor diz que:

“A segregação por classe é fundamentalmente um processo dirigido pelo mercado que teoricamente começa como desigualdade econômica produzida no mercado de trabalho e transformada em segregação através de mercado habitacional. A segregação etnoracial é mediada pelas desigualdades econômicas – com diferença etnoracial sendo traduzida em hierarquia etnoracial tanto no mercado de trabalho como no mercado habitacional – e também deriva diretamente de regras e práticas discriminatórias na alocação de moradias.” (Maloutas 2012: 11).

---

<sup>12</sup> O autor finaliza a descrição de seu esquema enunciando uma grande hipótese de características mecanicistas: “A pressuposição é que quanto mais desiguais e discriminadoras as cidades, dentro de *welfare states* menos desenvolvidos, com uma provisão de moradia mais mercantilizada, com alta mobilidade residencial e menos redes de solidariedade espera-se que elas sejam altamente e crescentemente segregadas. E uma vez que a globalização capitalista se dirige para mais desigualdade, menos *welfare state* e mais mercantilização da moradia, pode-se razoavelmente esperar que a segregação possa ser encontrada em uma tendência de aumento.” (Maloutas 2012: 14).

Pesquisas empíricas visando identificar diferentes processos e causalidades que resultariam nos graus de segregação racial observados são muito comuns na sociologia estadunidense (Cf. Charles 2003). Nesta linha de questionamentos, destacam-se duas vertentes: uma que enfatiza processos discriminatórios institucionalizados que criam barreiras às possibilidades dos negros residirem em determinados bairros, na qual sobressaem os estudos sobre discriminação no mercado imobiliário. É uma marca desta vertente a operacionalização de suas questões através de estudos experimentais, os chamados *audit studies*. Uma outra vertente enfatiza as escolhas residenciais individuais e disposições para integração ou para a auto-segregação voluntária, na qual destacamos pesquisas de survey sobre “neighborhood preferences”.

Telles 2012 [2004] discorreu sobre a possibilidade de algumas das hipóteses testadas por estas pesquisas dos Estados Unidos serem também verificadas no Brasil. Elencaremos, aqui, algumas delas: brancos podem evitar vizinhanças de maioria negra (muitas vezes sem exibir sua motivação racial); pode haver discriminação por parte de agentes do mercado imobiliário ou de instituições financiadoras; presume-se também que a disparidade racial em termos de riqueza acumulada ou herdada afete o acesso à moradia; também pode haver alguma forma de auto-segregação dos negros, seja para evitar uma potencial discriminação racial, ou por vínculos culturais com determinadas pessoas, locais ou instituições (etnicidade).<sup>13</sup>

Uma vez que faltam pesquisas acerca desta variedade de possibilidades, tais hipóteses permanecem em aberto, de modo que motivações especificamente raciais para a segregação constatada restam incertas. Além do mais, tal como foi discutido por Wilson (1987), muitas vezes certas desigualdades raciais não necessariamente podem ser atribuídos diretamente ao racismo, mas a causas estruturais e econômicas cujas desvantagens recaem mais fortemente sobre negros. Não obstante, os dados apresentados evidenciam claras disparidades entre determinados grupos de negros e brancos. E certamente deve haver alguns efeitos sobrepostos

---

<sup>13</sup> “(...) práticas que seguem abastecendo a segregação residencial nas cidades americanas também podem acontecer no Brasil, tais como o fato dos brancos evitarem vizinhos negros (...) e talvez um critério seletivo discriminatório na hora de conseguir um financiamento bancário para não-brancos mais ricos comprarem sua casa própria. Outra explicação possível para a segregação entre pessoas de renda semelhante (...) pode ser a disparidade racial no que diz respeito à riqueza acumulada (...). Pode existir também algum tipo de auto-segregação por parte dos negros, porque talvez eles desejem minimizar seus contatos com brancos para evitar uma discriminação racial em potencial. Embora seja um efeito determinado por um racismo societário generalizado, os negros podem achar mais fácil encontrar moradia em bairros que já tenham um grande número de negros. Além disso, a auto-segregação de brancos, pardos e pretos pode decorrer também de vínculos culturais e da proximidade a instituições e pessoas de mesma mentalidade.” (Telles 2012 [2004]: 170-2).

a estas diferenças de distribuição residencial no espaço urbano. Tais efeitos podem levar a outros tipos de desigualdade racial.

Retomemos, então, o esquema de Maloutas para tratar, agora, das consequências da segregação para a reprodução das desigualdades e discriminações. Este autor dá grande ênfase aos chamados efeitos de vizinhança [*neighbourhood effects*].

A reprodução da segregação residencial estabelecida e os efeitos de vizinhança ou área que ela gera – i.e. os efeitos não atribuíveis às características pessoais ou de domicílio, mas os efeitos espaciais adicionais relacionados com a composição social das áreas residenciais, às suas características intrínsecas (nível de poluição, qualidade de serviços) e seus status comparativos – fazem dela parte das estruturas e mecanismos que reproduzem desigualdades sociais urbanas. (Maloutas 2012: 10).

Existe uma série de pesquisas brasileiras e latino-americanas, muito inspiradas nos estudos norte-americanos sobre “neighbourhood effects”, que descrevem um conjunto de consequências de se viver em espaços segregados. Dentre elas podemos citar: possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, realização educacional e socioeconômica; condições de acesso à cidade e a políticas públicas de qualidade; acesso a centralidades de consumo; exposição à violência e à criminalidade; cristalização de estigmas e estereótipos; contato com determinados “modelos de comportamento” [*role models*]<sup>14</sup>; constituição de redes sociais, identidades e de solidariedades intra-grupais<sup>15</sup>; além de representações sociais sobre as desigualdades e sobre o próprio espaço urbano. (Cf., por exemplo: Telles 1995, 1996; Carvalho e Barreto 2007; Torres 2004; Sabatini et al. 2004; Flores 2006; Bichir 2006).

Todavia, se por um lado defende-se a existência de tais consequências isolando o efeito do espaço daqueles de outras variáveis individuais e grupais, por outro, os mecanismos pelos quais a segregação residencial reproduziria as desigualdades são controversos, ou pelo menos bem complexos,<sup>16</sup> como atestam debates recentes na sociologia norte americana (Small

---

<sup>14</sup> “Psicologicamente, a segregação restringe o contato com pessoas de classe média que sirvam de modelo [*middle-class role models*], inibindo ainda mais a mobilidade social, na medida em que as oportunidades de interações inter-raciais e inter-classes são reduzidas. O caso dos Estados Unidos indica melhor resultado de mobilidade social para crianças pobres, independente da raça, que cresceram em bairros onde havia relativamente pouca concentração de pobreza e onde havia um maior acesso à classe média.” (Telles 2012 [2004]: 174).

<sup>15</sup> Telles (2012 [2004]) constrói hipótese acerca da relação entre segregação e identidade racial. Segundo ele, nos EUA “a segregação residencial restringiu as redes de negros a outros negros, o que permitiu o fortalecimento da identidade de grupo e a consciência racial” (p. 175). Isto implicou na criação de uma série de instituições paralelas negras, como bancos, igrejas, universidades, etc. No Brasil, os níveis moderados de segregação facilitariam as interações inter-raciais e dificultariam a constituição de identidades raciais e, conseqüentemente, a mobilização do movimento negro. As exceções seriam os bairros de maioria negra “eticamente dinâmicos” como, por exemplo, a Liberdade em Salvador, onde há grande produção e valorização de uma cultura afro-brasileira.

<sup>16</sup> “As análises empíricas reportadas claramente mostram que a desigualdade socioeconômica é perpetuada por mecanismos operando no nível da vizinhança, contudo as trajetórias [*pathways*] específicas são talvez mais complexas. Não só os efeitos de vizinhança variam em sua natureza e intensidade em diferentes idades do ciclo

e Feldman 2012; Vigdor 2013).<sup>17</sup> Este debate é de suma importância, uma vez que a elucidação dos “efeitos de vizinhança” é considerada como forma de justificativa para a própria relevância sociológica da segregação residencial. Ao não se revelar por quais mecanismos as distâncias físicas entre diferentes grupos sociais e destes para com os bens materiais e simbólicos da cidade – ou seja, os principais sentidos da segregação residencial – reproduzem as desigualdades, corre-se o risco de um esvaziamento da eficácia social da distância física.

Críticas à articulação entre distância espacial e distância social não faltam e não são nada novas (haja vista, por exemplo, Chamboredon e Lemaire 1970; ou Guest 1985). Alguns problemas do “pôr à distância” que caracteriza a segregação foram formulados por Brun (1994). Destacamos que: nem toda separação é necessariamente espacial, podendo envolver outras dimensões, ou até mesmo pode haver barreiras sociais com proximidade física;<sup>18</sup> as clivagens espaciais muitas vezes não são claramente delimitadas ou visíveis;<sup>19</sup> desenvolvimentos contemporâneos nos transportes e comunicações põem em questão a distância física enquanto métrica válida para tratar de distâncias sociais;<sup>20</sup> e o bairro enquanto “realidade vivida” caracterizada por interações e por uma cultura comum seria uma entidade difícil de identificar.<sup>21</sup> Por fim, o autor conclui formulando um deslocamento com relação às

---

de vida, eles são frequentemente condicionados por gênero, mediados por processos familiares, e possivelmente há variações em como eles se combinam com fatores individuais para determinar resultados sociais” (Massey 1998: 572).

<sup>17</sup> Vigdor (2013) aponta que a diminuição da segregação residencial verificada nas últimas décadas nos Estados Unidos não trouxe as transformações sociais esperadas e também não foi acompanhada por uma diminuição das desigualdades raciais.

<sup>18</sup> “o por à parte [*la mise à l'écart*] que submete um grupo da população não é necessariamente de natureza espacial, e em todo caso não concerne sempre conjuntamente todos os usos do espaço. A exclusão de fato ou de direito de certos lugares públicos, estabelecimentos culturais, meios de transporte, os interditos profissionais, sexuais, matrimoniais, etc. sempre foram (e às vezes ainda são) instrumentos de segregação mais importantes que a separação de áreas de habitação. Uma coabitação à fraca distância, ou uma vizinhança funcional, podem ir de par com a existência de barreiras sociais mais rígidas” (Brun 1994: 26).

<sup>19</sup> “A existência de cortes espaciais materializando clivagens sociais e acentuando as incidências é somente um caso limite, frequente sem dúvida, mas ao qual não se pode assimilar todo o resto. Formalmente, temos tratado sobretudo de disposições complicadas ou embaralhadas: gradações sutis, reentrâncias [*indentations*], sobreposições [*emboitements*], enclaves, etc. Sem dúvida, como acabamos de ver existe ‘fronteiras’ pouco visíveis, mas simbolicamente fortes: ainda deve-se poder identificá-las. As barreiras sociais não estão todas concretizadas por descontinuidades na construção [*le bâti*], na estrutura do parque de habitação [*parc de logements*], no aspecto da paisagem. Mas inversamente tais descontinuidades não constituem necessariamente fronteiras sociais...” (Brun 1994: 31).

<sup>20</sup> “Deve-se de outra parte adaptar o conjunto de categorias de análise do espaço às transformações induzidas pela evolução da comunicação na sociedade contemporânea. Por muito tempo dominou a visão de um espaço no qual a distância constituía uma métrica senão única ao menos unívoca. Sem dúvida conhecia-se os efeitos desiguais da rapidez do transporte, que repôs em questão a representação dominante de um espaço isotrópico” (Brun 1994: 46).

<sup>21</sup> “Sabe-se também que o ‘*quartier*’ se entendido como realidade ‘vivida’, um ‘território’ (no sentido de espaço que um indivíduo ou um grupo se apropria simbolicamente através de um certo número de práticas e de imagens, a ponto que o pertencimento a esta entidade contribui ao sentimento que se prova de sua identidade social) é uma

perspectivas tradicionais sobre a segregação sem, no entanto, abrir mão do estudo deste fenômeno.

“(…) parece que há uma contradição latente entre as práticas do espaço que se inscrevem no quadro deste movimento de desestruturação de formas clássicas de territorialidade e as concepções tradicionais da ‘segregação’, que subentendem a ideia de que os laços entre um indivíduo (senão um grupo social) e seu espaço de vida se organizam com um mínimo de estabilidade em torno de seu lugar de residência.

(…) É sem dúvida uma das razões da resistência, ou uma retomada do vigor da noção de ‘segregação’, malgrado suas ambiguidades: em uma sociedade onde a velocidade dos deslocamentos e as outras formas de ‘conexão’ por ‘redes’ se torna a norma, a marginalização, espacial e social, aparece ainda mais escandalosa. Encontramos aí uma ideia, um conjunto de imagens, que estão no coração do ‘conceito de segregação’: o sentimento de uma incapacidade da cidade moderna produzir a integração.” (Brun 1994: 47).

Assim, compreendemos que, dadas as críticas postas e nas atuais condições, a construção da segregação residencial como objeto de estudo sociológico, passa pela análise das formas pelas quais fronteiras sociais se inscrevem no espaço; de quando é que (ou quais tipos de) descontinuidades espaciais constituem barreiras sociais; ou em termos mais tradicionais, sobre como é que as distâncias físicas suscitam distâncias sociais. Por mais que as pesquisas apresentam indicadores e cartografias destas distâncias físicas e discorram sobre a existência dos efeitos de vizinhança, tais mecanismos ainda não estão totalmente claros.

Autores como Brun (1994) e Grafmeyer (1994) sugerem que a forma de revelá-los seria através de estudos que enfoquem práticas e representações. Ou melhor, sobre práticas espaciais e representações sobre o espaço (em sua relação com sociedade) que revelam as fronteiras sociais inscritas nele. Este intento abrange questionamentos não apenas sobre representações acerca dos “lugares” de cidade em sua relação com determinados grupos sociais, mas também sobre os próprios contatos e relações que se estabelecem nela, os usos e possibilidades de acesso a ela, ordenando (aproximando ou distanciando) distintas trajetórias. Tais propósitos requerem um outro tipo de noção de territorialidade, tal como formulada por Vera Telles (2006):

“Ao seguir os percursos de indivíduos e famílias, são traçadas as conexões que articulam campos de práticas e fazem a conjugação com outros pontos de referência que conformam o social nas suas fronteiras e limiares, bloqueios e possibilidades. Os percursos e os sentidos fazem, portanto, o traçado dos *territórios*, e são estes que interessa reconstituir. É preciso dizer que estamos aqui trabalhando com uma noção de território que se distancia das noções mais correntes associadas às comunidades de referência. (...) Nos eventos biográficos de indivíduos e suas famílias, há sempre o registro de práticas e redes sociais mobilizadas (ou construídas) nos agenciamentos cotidianos da vida, que passam pelas relações de proximidade, mas não se reduzem ao seu perímetro. Feitos de práticas e conexões que articulam espaços diversos e dimensões variadas da cidade, os territórios não têm fronteiras fixas e desenham diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade, as situações de vida e os

---

entidade difícil de identificar.” (Brun 1994: 46). Este argumento é discutido de modo mais aprofundado por Guest 1985.



tempos sociais cifrados em seus espaços. São esses circuitos e conexões que as trajetórias urbanas permitem apreender e que interessa compreender: a natureza de suas vinculações, mediações e mediadores, agenciamentos da vida cotidiana que operam como condensação de práticas diversas” (Telles, V. 2006: 71-2).

Tal noção de território construído a partir de práticas e conexões pode servir como importante contraponto àquela noção “areal” (Brun 1994) baseada em espaços delimitados pelos traçados censitários, nas quais se baseiam os indicadores de segregação. Uma vez que estes territórios se sobrepõem e atravessam as áreas definidas pelas cartografias, a articulação entre estas distintas dimensões pode permitir uma análise da segregação em suas mais variadas escalas.<sup>22</sup>

Contudo, é importante lembrar que, sem pretender qualquer resposta definitiva sobre a questão dos mecanismos, para nós importa, principalmente, construir uma discussão sobre as maneiras pelas quais opera a segregação residencial no contexto das relações raciais no Brasil.

Os resultados empíricos demonstraram padrões mais agudos de segregação residencial entre negros e brancos nas camadas médias e altas. Se há uma especificidade da segregação no contexto brasileiro, estes grupos devem ser os focos privilegiados de nossa observação. Assim, nosso questionamento se direcionará para as formas pelas quais a segregação operaria e geraria efeitos nas relações raciais nestes estratos. Explorar os territórios constituídos através representações, práticas e conexões destes indivíduos pode nos permitir discernir as formas de articulação entre o espaço e as diferentes experiências e destinos sociais de negros e brancos, e portanto, articular segregação e relações raciais.

---

<sup>22</sup> “Apenas uma análise das representações e das práticas permite fazer uma ideia satisfatória das relações entre as pessoas e os grupos assim postos em presença. É portanto claro que a questão da escala de observação, que poderia parecer de ordem puramente técnica, engaja de fato aquela do sentido mesmo que se acorda à ideia de segregação.” (Grafmeyer 1994: 101).

## **Bibliografia**

ANSELIN, L. "Local indicator of spatial association – LISA". *Geographical Analysis*, 27, pp. 91-115. 1995.

BARBOSA, R.; MARSCHNER, M. "Uma proposta de padronização de classificações em pesquisas do IBGE (Censos 1960-2010) e PNADs (1981-2011): educação, setores de atividade econômica e ocupação (ISCO-88, EGP11 e ISEI)". Working paper. Mimeo. 2013.

BICHIR, R. *Segregação e Acesso a Políticas Públicas no Município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP). 2006.

BOURDIEU, Pierre. "Efeitos de Lugar". In: *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes. 1997.

BRUN, Jacques. "Essai critique sur la notion de ségrégation et sur son usage en géographie urbaine". In: BRUN, J.; RHEIN, C. *La Ségrégation dans la Ville*. Paris: L'Harmattan. 1994.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp/Ed. 34. 2000.

CARDOSO, F. H. e IANNI, O. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: Aspectos das Relações entre Negros e Brancos numa Comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional (Coleção *Brasiliana*, vol. 307). 1960.

CARVALHO, I. e BARRETO, V. "Segregação residencial, condição social e raça em Salvador" *Cadernos Metrôpole* 18, (2). 2007.

CHAMBOREDON, Jean-Claude & LEMAIRE, Madeleine. "Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement". *Revue Française de Sociologie*, XI, 1970.

CHARLES, Camille Zubrinsky. "The Dynamics of Racial Residential Segregation." *Annual Review of Sociology*, Vol. 29. 2003.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J.; PORTOCARRERO, L. "Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies". *British Journal of Sociology*, vol. 30. 1979.

FLORES, Carolina. "Consequências da Segregação Residencial: teoria e métodos". In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). *Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas, SP : UNICAMP/NEPO, 2006.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. *Raça, Classe e Segregação Residencial no Município de São Paulo*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo. FFLCH-USP. 2010.

FRANÇA, D. S. N. "Segregação residencial por raça e classe social na região metropolitana de São Paulo (2000-2010)". In: 37º. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 2013.

GRAFMEYER, Yves. "Regards sociologiques sur la ségrégation". Em: BRUN, J.; RHEIN, C. *La Ségrégation dans la Ville*. Paris: L'Harmattan. 1994.

GUEST, A. M. "Robert Park and the natural area: A sentimental review". *Sociology and Social Research* 68:1-21. 1984.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: Iuperj. 2005 [1979].

ICELAND, John; WILKES, Rima. "Does Socioeconomic Status Matter? Race, Class, and Residential Segregation". *Social Problems*, Vol. 53, No. 2, May, 2006.

MALOUTAS, T. "Introduction: Residential segregation in Context". In: MALOUTAS & FUJITA (orgs.). *Residential Segregation in Comparative Perspective : Making Sense of Contextual Diversity*. London: Ashgate Pub. 2012.

MARQUES, E. “Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado”. In: MARQUES, E. C. & TORRES, H. G. (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades*. São Paulo: Editora Senac. 2005.

MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.). 2005. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades*. São Paulo: Editora Senac.

MARQUES, E. BARBOSA, R., PRATES, I. “Transformações sócio-econômicas e grupos sociais”. Texto para discussão CEM/CEBRAP. Mimeo. 2013.

MARQUES, Eduardo, SCALON, Celi, & OLIVEIRA, Maria Aparecida. Comparando estruturas sociais no Rio de Janeiro e em São Paulo. *Dados*, 51(1), 215-238. 2008.

MASSEY, D. “Back to the Future: Rediscovering Neighborhood Context.” Review Essay on Neighborhood Poverty, Volumes I and II, edited by Jeanne Brooks-Gunn, Greg J. Duncan, and Lawrence Aber. *Contemporary Sociology* 27:570-73. 1998.

MASSEY, D. e DENTON, N. "The Dimensions of Residential Segregation." *Social Forces* 67:281-315. 1988.

MASSEY, Douglas; DENTON, Nancy. *American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass*. Cambridge, MA: Harvard Univ. Press. 1993.

PIERSON, D. *Branços e pretos na Bahia*. São Paulo: Editora Nacional (Brasília; vol. 241). 1971 [1942].

PINTO, L. *O Negro no rio de Janeiro: relações de raça numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ. 1998 [1953].

PRÉTECEILLE, E.; CARDOSO, A. Río de Janeiro y São Paulo: ciudades duales? Comparación con Paris. *Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales*, v. XL, p. 617-640. 2008.

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. “Classe, raça e mobilidade social no Brasil”. *Dados*, 49(4), 833-873. 2006.

RIOS NETO, E. “Desigualdade Raciais nas Condições Habitacionais da População Urbana”. CEDEPLAR/UFMG. Mimeo. 2005.

SABATINI, Francisco; CÁCERES, Gonzalo; CERDA, Jorge. “Segregação residencial nas principais cidades chilenas: tendências das três últimas décadas e possíveis cursos de ação”. *Espaço e Debates* 45. 2004.

SMALL, Mario Luis; FELDMAN, Jessica. “Ethnographic Evidence, Heterogeneity, and Neighbourhood Effects after Moving To Opportunity. Pp. 57-77 in van Ham M., Manley D., Bailey N., Simpson L. & Maclennan D. (eds). *Neighbourhood Effects Research: New Perspectives*. Springer: Dordrecht. Disponível em: <http://home.uchicago.edu/~mariosmall/>. 2012.

TELLES, Edward. “Cor da Pele e Segregação Residencial no Brasil”. *Estudos Afro-Asiáticos* Nº. 24, pp. 5-22. 1993.

TELLES, Edward. “Race, Class and Space in Brazilian Cities” *International Journal of Urban and Regional Research* Nº. 19. pp. 295-406. 1995.

TELLES, Edward “Identidade Racial, Contexto Urbano e Mobilização Política” *Afro-Ásia* 17. 1996.

TELLES, Edward. “O Significado da Raça na Sociedade Brasileira”. Disponível em <http://www.princeton.edu/sociology/faculty/telles/>. 2012 (2004).

TELLES, Vera. “Trajetórias Urbanas: fios de uma descrição da cidade”. Em: CABANES, R. TELLES, V. (Orgs.). *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas. 2006.

TORRES, H. “Debate: A pesquisa sobre segregação: conceitos, métodos e medições”. *Espaço e Debates* 45. 2004.

TORRES, H. 2005. “Medindo a segregação”. In: MARQUES, E. C. & TORRES, H. G. (Orgs.) *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades*. São Paulo: Editora Senac.

VIGDOR, Jacob L. “Weighing and Measuring the Decline in Residential Segregation”. *City & Community* 12(2). 2013.

WACQUANT, Loic. “*Banlieues francesas e guetos norte-americano: do amálgama à comparação*”. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Editora Revan. 2005.

WILSON, William Julius. *The Truly Disadvantaged: the Inner City, the Underclass and Public Policy*. Chicago: University of Chicago Press. 1987.